

A FORMAÇÃO DE ROMA E OS PRIMÓRDIOS DA LITERATURA LATINA.

Prof. Dr. Airto Ceolin Montagner – UFRRJ.

RESUMO: Se os romanos começaram a desenvolver tardiamente sua literatura, é porque, desde os primórdios, necessitaram firmar-se como nação e solidificar princípios e valores que se perpetuariam em sua cultura. De início, cuidaram da expansão e da organização da *urbs* e da *civitas*. Com a anexação de outros povos e novas culturas, tomaram conhecimento de outros valores, os quais foram submetidos ao gênio da assimilação e da universalização, sua marca inconfundível. Foram capazes de desenvolver um sistema de escrita que é seguido até hoje. Sua literatura, mesmo nascendo com o carimbo da literatura grega, infunde as marcas características da cultura latina e se torna modelo pelos séculos vindouros.

Palavras-chave: sociedade - cultura - escritura - literatura

O presente trabalho tem por objetivo elencar, de modo sucinto, os principais fatores que moldam a cultura latina e alguns aspectos da escritura em Roma, nos albores da Literatura Latina.

As origens de Roma datam do início do primeiro milênio antes de Cristo, quando, à margem esquerda do rio Tibre, a poucos quilômetros do Mar Tirreno, estabeleceram-se, sobre as colinas cercadas de pauis, algumas aldeias de caçadores e pastores, que logo passaram a se dedicar também à agricultura. Entre 850 e 700 a. C., essas aldeias se agregaram, formando uma só comunidade, cuja liderança partia das tribos sediadas sobre o monte Palatino. Esta seria a Roma primitiva, cuja fundação, em 21 de abril de 753 a. C, a lenda atribui a Rômulo, também seu primeiro rei.

Após Rômulo, a cidade-estado passa a ser governada por uma série de reis, eleitos e coadjuvados por uma assembléia de *patres famílias* idosos, *senes*, (*Senatus*). No século VI a. C, Roma cai sob o domínio etrusco. A cidade e o território circundante acolhem reformas importantes, que organizam a população em centúrias (reforma *centuriata*). Gradualmente, desencadeia-se um processo de expansão militar e política em direção aos territórios vizinhos, habitados pelos sabinos, úmbrios, samnitas e, ao sul, na região costeira, pelos gregos. Desta época até a metade do III século a. C., a estrutura política passa do regime monárquico (com os tradicionais sete reis) para o republicano. Em ambos os regimes, o poder pertencia a uma aristocracia guerreira, indicada como patriciado, nome derivado de *patres*, pais, também denominados *optimates*, os melhores, ou seja, pais de família ricos e poderosos.

Até o final da fase monárquica, a população dividia-se em *curiae* (palavra talvez provin- da de *co-viria*, reunião de homens), cúrias, provavelmente para providenciar os trabalhos de inte- resse comum (bonificações, defesa da propriedade, ritos religiosos, etc.). Até a época republica- na, as assembléias das cúrias (*comitia curiata*) restringiram-se aos componentes do patriciado, mas sua importância ficou limitada após a reforma *centuriata*.

Seguiu-se uma nova divisão das tribos segundo os territórios: quatro eram urbanas e ou- tras camponesas (seriam 17 em 495 a. C. e 31 d. C.). As assembléias das tribos (*comitia tributa*) eram convocadas para eleger magistrados menores e aprovar algumas leis. Em todo caso, propri- etários de terras dominavam o pequeno Estado, que se estruturava em clãs familiares, as *gentes*; assim, cada cidadão se reconhecia descendente de um único ancestral chefe da estirpe da qual tomava o nome (cada *gens* se dividia em diversas famílias. Isto explica o costume romano de usar três nomes, *tria nomina*, para identificar os cidadãos. Por ex.: *Caius Iulius Caesar*, onde *Caius* indicava o nome da pessoa, *Iulius*, a *gens*, *Caesar*, o nome da família). A supremacia de poucos conserva-se durante a república e se explica não somente em função da riqueza desses, mas também por uma ideologia cultural que os identificava como possuidores indiscutíveis do privilégio do sangue que lhes conferia um poder religioso e político, reconhecido como *imperium*.

Abaixo das famílias dos patrícios, vinha a plebe (*plebs*, povo, cuja origem talvez fosse não-romana, como os sabinos, considerados inferiores perante os romanos), que se distinguia dos patrícios não pela riqueza (havia plebeus ricos), mas porque era considerada privada de *imperium*. Por outro lado, havia os que nada possuíam, os *proletarii* (ou seja, os que tinham como única riqueza a prole), provenientes do campo ou de plebeus pobres, que se punham a serviço dos pa- trícios. Instituiu-se, então, a 'clientela', que previa obrigações mútuas entre os contratantes: os 'patrões' ofereciam aos clientes sustentação econômica e política em troca de trabalho (estes podiam ser usados em situações como guardas, propagandistas nas eleições ou para a intimida- ção dos adversários etc.).

Durante o domínio etrusco em Roma, o patriciado tem sua hegemonia ameaçada; dá-se então a reforma *centuriata* (*centum*, cem), que divide os cidadãos em unidades chamadas de cen- túrias (grupos de cem famílias), cujo intuito era organizar melhor o recrutamento militar e, ao mesmo tempo, substituir o poder dos patrícios pelo dos ricos, indistintamente da diferença entre patrícios e plebeus. As assembléias, nesse caso, eram chamadas de *comitia centuriata*, encarre- gadas de deliberar sobre questões relevantes e da eleição para os cargos públicos mais importan- tes, os da magistratura; com isso, o poder cai nas mãos dos senadores e dos cavaleiros, o conjun- to mais rico da futura *Urbs*.

Insatisfeitos, os plebeus travaram uma longa guerra política para obterem paridade de direitos políticos e civis com os patrícios. Através de uma reforma política, os plebeus obtêm grativas vitórias: participação nas assembléias com a criação do cargo de tribuno da plebe em 495 a. C; em 450, a legalização escrita (*Lei das doze tábuas*); em 449, a inviolabilidade dos tribunos; em 445, a concessão dos casamentos entre patrícios e plebeus; em 367, a abertura da magistratura para os plebeus, obrigando que um dos cônsules eleitos devesse ser plebeu.

Com a expansão do território, os romanos entram em contato com numerosos povos, com os quais estabelecem vínculos diversos. Esses povos se transformavam em *socii* (aliados), seja com cidadania plena (*civitates cum suffragio*, cidades com voto) seja com cidadania parcial (*civitates sine suffragio*, cidades sem voto). A partir da I Guerra Púnica, os territórios mais distantes foram transformados em colônias, chamadas de *provinciae*, controladas por um governador romano.

Os povos vencidos integraram-se num Estado romano único. O gênio da assimilação sempre foi uma das maiores forças da civilização romana: diversas culturas foram acolhidas e adaptadas à romana, assim como divindades estrangeiras foram aceitas ou identificadas a divindades locais (por ex.: Zeus é identificado com Júpiter, Hera com Juno etc.). Tais assimilações foram importantes porque enriqueceram a sociedade com novos conhecimentos, dando-lhe vitalidade intelectual e civil, propiciando seu amadurecimento através de muitos séculos, todavia sem nunca trair suas próprias características originais. Essas integrações, no entanto, apresentaram alguns momentos de tensão e crise, principalmente quando os novos conhecimentos puseram em choque princípios basilares da sociedade. Desta maneira, ocorre a proibição das Bacanais, *Bacchannalia*; em 186, a proibição de os retóricos gregos e filósofos de residirem em Roma, em 161, e também justificam as perseguições aos cristãos nos primeiros séculos do Império, etc..

Apesar dessa grande abertura cultural propícia aos valores estrangeiros, principalmente os gregos, um conjunto de princípios morais e ideológicos permaneceu na consciência dos cidadãos romanos cultos, desde as origens, por séculos afora. Tais valores éticos vêm definidos como *mos maiorum* (costume dos antepassados), que compreendia a *pietas* (respeito e cumprimento dos deveres para com os deuses, a pátria e a família), a *gravitas* (sabedoria e equilíbrio nas decisões), a *constantia* (coerência no comportamento), a *fides* (lealdade, manutenção do compromisso assumido). Os romanos identificavam seus inimigos ressaltando seus defeitos, apontados como adversos a esses valores romanos. Eram, pois, definidos como ímpios, desequilibrados, inconstantes, infíeis e desleais.

Era característica dos latinos centrar suas atividades nos aspectos coletivos e civis preferentemente aos individuais; o caráter ético prevalecia sobre o intelectual, em conformidade com

o pragmatismo que lhes era peculiar, visto que eram mais dados a agir do que a elaborar modelos abstratos para interpretar a realidade.

A religião romana desempenhou papel importante na formação da consciência social. Nos primórdios, objetos e fenômenos da natureza e todos os atos da vida humana pareciam governados por forças misteriosas (*numina*), que podiam ser controladas e tornadas positivas através de operações mágicas (gestos, rituais, palavras etc.). Admitiam-se inúmeras entidades, porém todas sem forma, impessoais, sem hierarquia. Mais tarde, ao contato com outras religiões, principalmente a grega, transformou-se numa religião politeísta antropomórfica. A relação do homem com os deuses era de troca, através da execução de um ritual: o suplicante oferecia a um deus alguma coisa para obter em troca um favor ou para agradecer, ritualizando, com palavras e gestos, uma espécie de contrato. Trata-se de uma religião rigorosamente codificada, estruturada principalmente sobre deveres que envolviam os grupos sociais reconhecidos, como as famílias, as *gentes*, as associações profissionais ou a coletividade como um todo. Não havia um clero exclusivo, mas grupos de sacerdotes escolhidos entre as pessoas comuns. Não se conhecia o conceito de “pecado”, que entrou em Roma com o cristianismo. As relações com outras religiões de outros povos eram de tolerância e até mesmo de acolhimento.

As preocupações com os valores morais e coletivos e o vínculo contratual e normativo da religião ligam-se ainda à característica predisposição dos romanos à reflexão sobre o direito, não só no que diz respeito à elaboração de leis ou de códigos, mas também como capacidade de organizá-las num sistema com base em estruturas complexas e logicamente coerentes. A vigência do direito romano

abarca mais de mil anos, desde a Lei das Doze Tábuas (*Lex Duodecim Tabularum*, em latim, 449 a.C.) até o *Corpus Iuris Civilis* por Justiniano (c. 530 d.C.). Mesmo após a queda do Império, as leis romanas orientavam as legislações vindouras, pelos séculos afora.

Citaremos aqui dois itens da Lei das Doze Tábuas, a título de curiosidade. Observe a estrutura, que será sempre repetida em todos os itens, do tipo “se ocorrer X, faça-se Y”.

IV, 1 – Cito necatus insignis ad deformitatem puer. – Seja imediatamente morto o recém nascido que apresente grande deformidade.

VIII, 26 – Hominem mortuum in urbe ne sepelito neve urito – Não sepultai nem queimai no interior da cidade um homem morto.

No que diz respeito à educação, nos primórdios, Roma não conheceu um sistema organizado de educação. Os conhecimentos necessários à vida eram transmitidos na relação direta do jovem com o adulto no interior da família ou no ambiente de trabalho. Da mesma forma, a cren-

ça nos valores morais era diretamente transmitida pelos pais. Em épocas posteriores, os romanos mais ricos transferiram para professores, muitos deles de origem grega, a responsabilidade de uma formação intelectual mais apurada, como estudo das letras e, principalmente, da retórica.

Outro aspecto que mais tarde se tornará um importante traço característico dos romanos é a pouca presença de espetáculos (*spectacula*) públicos, no sentido atual do termo, nos seus primórdios. Havia, no entanto, numerosas festividades religiosas, durante as quais se realizavam procissões (*pompa*) e rituais em que se executavam danças e cânticos, ponteados pelas organizações religiosas. Um evento importante eram as *pompa*e para celebrar coletivamente uma vitória alcançada numa guerra. Além disso, durante o ano agrícola, eram realizados espetáculos populares como os *Fescinini*, dialogados, e as *Atellanae*, representações teatrais de caráter farsesco, importadas da cidade campana de Atela. As *fabulae Atellanae* eram improvisadas quando ao texto, porém recorriam sempre a um conjunto de personagens típicas, reconhecidas pelo uso da máscara. Deste modo, *Maccus* era o bobo; *Bucco* era o comilão; *Dossenus* era o corcunda malicioso e *Pappus*, o velho imbecil.

Do contato com os etruscos teriam os romanos extraído inúmeros elementos do léxico teatral, como o *histriones*, os atores, *persona*, a máscara, e *ludiones*, os atores.

A língua de Roma era o latim, falado também nas vizinhanças com numerosas variantes (por ex., em Roma dizia-se *cras*, amanhã; em Falério, *cra*). Trata-se de uma língua do tronco indo-europeu e muito semelhante às línguas dos outros povos da Itália central (sabinos, oscos, umbros etc.). Desde o início, pois, a língua latina conserva variantes sociais, regionais ou dependentes do uso escrito ou falado. Tal riqueza consta em documentos antigos inscritos em epígrafes ou em informações fornecidas por gramáticos antigos. O latim escrito, transmitido pelas obras literárias, também chamado de latim clássico, apresenta-se de modo mais compacto, menos rico em variantes, visto que construído através de uma rigorosa seleção que o distancia da língua oral, o latim vulgar (*vulgus*, povo).

Em contato com outros povos vizinhos e, depois, com a expansão dos territórios através das conquistas, o latim conhece algumas assimilações de elementos estrangeiros, por exemplo: *taberna* (loja), do etrusco; *bos* (boi), do itálico; *machina* (máquina), do grego, etc. Nos séculos sucessivos, particular foi a influência da língua grega, portadora de uma cultura e de uma arte considerada superiores às dos romanos.

Embora os romanos não tenham estabelecido uma política de imposição da língua aos povos vencidos, estes, reconhecendo a superioridade cultural dos vencedores, ao cabo de algumas gerações, adotaram espontaneamente o latim; de início, através dos soldados e comerciantes romanos, mais tarde através das formas literárias.

Para a escrita, os romanos utilizaram os materiais naturais existentes em seu território. Os textos mais importantes, geralmente de natureza oficial, endereçados à coletividade e destinados a permanecer no tempo, foram gravados em placas de pedra ou em mármore; a partir das *Leis das doze tábuas*, em placas de bronze. Para os textos de ordem privada, qualquer material servia. Por exemplo, o primeiro significado da palavra livro, *liber*, designava uma película retirada da entrecasca da cortiça sobre a qual se escrevia antes da invenção do papiro. Também tabuletas de terracota foram muito usadas. Escrevia-se sobre esses materiais com estiletos pontiagudos de louro ou com cálamos embebidos em tinta natural ou obtida, por exemplo, com fuligem. Mais tarde, para escritos rápidos ou descartáveis, apareceram as tabuletas de madeira ou de mármore recobertas com cera, em cuja superfície eram escritas as palavras através de um estilete chamado de *stilus*. Podiam ser reutilizadas. Várias tabuletas que formavam um só documento eram amarradas entre si, formando um livro, similar ao atual. Mais caros eram os pergaminhos, originários da cidade de Pérgamo, feitos de peles de cabra, de ovelha ou de vitela, devidamente tratadas, usados a partir do II séc. a. C. O papiro (feito a partir de uma planta egípcia) também foi muito usado. Era uma espécie de folha longa e contínua que se mantinha enrolada e, por isso, chamada de *volumen*. Um *volumen* chegava a conter de 700 a 900 linhas de escrita, em colunas, cada uma da largura equivalente ao conteúdo de 30 a 40 caracteres. Os rolos foram o suporte mais usado entre os séculos II a. C. - II d. C. Após essa data, começou a ser usado o códice (*codex / caudex* = lasca de árvore em forma de folha de papel), formado de folhas separadas, mas amarradas nas margens, semelhantes aos atuais cadernos.

O público das obras era muito diversificado. A oratória deliberativa (política) dos comícios tinha como público os cidadãos de toda espécie, assim como o teatro. A oratória judiciária voltava-se para os juízes e para os jurados, embora o público também assistisse às sessões. A historiografia, se escrita em grego, dirigia-se a um público internacional, com intuito propagandístico; se escrita em latim, para um público romano mais culto, em particular aos senadores. A tratadística jurídica e retórica era dirigida a um público especializado, os *rhetores Latini*. A poesia religiosa, sendo declamada ou cantada, voltava-se a qualquer público. Os primeiros poemas épicos, celebrativos das famílias notáveis, foram logo inseridos nos programas de ensino e, por isso, tiveram rápida e ampla divulgação. A sátira era endereçada a um público ‘médio’, mas exigia do leitor um bom nível cultural.

A data tradicional para indicar o nascimento da literatura latina é 240 a. C., quando Lívio Andronico escreveu e fez representar em Roma uma obra teatral de modelo grego. Assinala-se, então, o que seria uma das características da literatura latina: a dependência da literatura grega, da qual derivou classificações, formas e conteúdos. Quando a literatura latina nasce, a grega já possui uma longa história: na sua primeira fase, a fase arcaica, começa com Homero, Hesíodo e

os poetas líricos; chega à segunda fase, a clássica, com o desenvolvimento do teatro trágico e cômico, da historiografia, da oratória, da filosofia, etc.; a terceira fase, a Alexandrina, coincide com o desenvolvimento do helenismo, que adota como língua literária o grego comum, concebido como *koiné*. Se os gregos, desde cedo, possuíam uma literatura articulada em vários gêneros e formas, os romanos somente dedicaram-se a ela muito mais tardiamente.

Algumas razões são apontadas para explicar tal atraso: em primeiro lugar, a propensão romana para as atividades práticas; o grande esforço para a expansão territorial, que impulsionava os homens do poder a se dedicarem a formar militares, deixando pouco espaço aos afazeres particulares; em terceiro lugar, a falta de preparo cultural da classe dirigente.

Nos primeiros tempos de Roma, os documentos escritos são escassos e fragmentários, geralmente de cunho prático, como as leis e os anais, ou ritualístico, considerados pré-literários, como algumas preces e canções populares. No entanto, costuma-se ressaltar que, nas origens, já havia uma língua latina escrita, cujo alfabeto se constituiu a partir do grego itálico através dos etruscos.

O texto ritual mais antigo é conhecido como *Lapis niger*, encontrado na antiga Cúria (lugar de reuniões do Senado), em escrita bustrofedada, ou seja, escrito alternativamente da direita para a esquerda e da esquerda para a direita. Também encontramos documentos escritos sobre objetos, como é o caso da *Cista Ficoroni* (IV séc. a.C.), um recipiente para perfumes femininos ricamente trabalhado, cuja inscrição em latim arcaico é: *Dindia Malconia fileai dedit / Novios Plautios med Romai fecit, Presente de Dindia Malcônia à filha. Nívio Plauto fê-la por mim em Roma.*

Infelizmente, não restaram muitos escritos de maiores proporções para que possamos avaliar como era a língua e quais seus recursos utilizados. Entretanto, chegaram-nos notícias de alguns textos de maior proporção, como é o caso das *Legis actiones*, escrito no IV século a.C. por um liberto chamado Gneo Flavio, então secretário de Cláudio Cego. Este texto sobreviveu durante alguns séculos graças a sua utilidade como guia para as modalidades operativas para quem necessitasse fazer uso das leis, principalmente os mais nobres, com o intuito de fazer valer seus interesses.

Dada à necessidade nas assembleias e no senado, desenvolveu-se desde cedo a oratória. Contudo, os antigos discursos não eram escritos, à exceção do discurso de Apio Cláudio Cego, censor em 310 a. C. e cônsul em 307 e em 296. A mais célebre de suas orações foi um pronunciamento destinado a dissuadir o senado de aviar a paz com Pirro, discurso tido como modelo de oratória primitiva.

Havia, no entanto, cerimônias públicas ou privadas em que se apresentavam os *Carmina convivalia*, textos narrativos que celebravam um herói ou um ancestral da família que organizava

o banquete. Há notícias de um certo *Carmen Priami*, sobre o último rei de Troia, e de um *Carmen Nelei*, sobre um mito grego similar à lenda de Rômulo e Remo.

Também aparecem escritos designados como *Laudationes funebres*, discursos para celebrar um personagem defunto por ocasião do seu funeral. Exemplo disso é a inscrição breve em forma poética, os *Elogia*, atestada na tumba de Cornélio Cipião, cônsul em 298 a.C., na qual se recordam brevemente as principais funções públicas do homenageado. Dentre os escritos antigos em prosa, eram famosos os *Fasti*, um elenco das realizações significativas anuais de uma magistratura. Normalmente, eram escritos sobre uma *tabula dealbata*, uma superfície embranquecida, mas de material variado, como papiro e cortiça ou outro. Esses textos eram guardados em arquivos públicos e constituíram uma dos principais documentos da história de Roma, os *Annales Maximi*, destruídos pelo fogo por ocasião da invasão gaulesa em 390.

Muito se comenta também sobre a existência dos *Carmina triumphalia*, cantos executados pelos soldados durante o triunfo, ou seja, uma procissão em que o *imperator*, o comandante, subia ao Capitólio para oferecer a Júpiter parte do espólio. Não raramente esses cantos eram maliciosos e expunham os limites os defeitos do seu comandante.

Não se discute que a literatura latina tenha sua origem dependente da literatura grega, já que os romanos tinham atrás de si dois períodos lautos de cultura grega: o período arcaico, de Homero, Hesíodo e os poetas líricos e trágicos, e o período alexandrino, ricamente elaborado. Embora inspirando-se nos modelos gregos, os latinos integraram na literatura aspectos específicos de sua originalidade e capacidade criativa, inculcando seus próprios valores. Dos gregos, apoderaram-se dos gêneros literários: o poema épico, a poesia didascálica, a tragédia, a comédia, a lírica, o epigrama, a elegia, a prosa tratadística, de assunto filosófico, a historiografia, os tratados sobre retórica, literatura e assuntos técnico-científicos. Introduziram dois gêneros novos: a epistolografia, com Cícero, e a sátira, com Lucílio.

Não devemos esquecer que, para o autor antigo, não era importante a originalidade. Interessava mais reconhecer os modelos de excelência e imitá-los e, até mesmo, disputar com eles. Realizavam isso através de um jogo explícito de imagens e expressões que permitiam ao leitor culto o reconhecimento das originais e ao mesmo tempo apreciar sua reelaboração, concorrendo com elas. É, pois, um comportamento dos autores clássicos seguir os modelos e, se possível, superá-los.

A literatura latina seguirá seu curso histórico e alcançará um prestígio que a coloca num dos lugares mais elevados da literatura universal de todos os tempos. Suas obras e autores continuam lidos e estudados, apreciados, nos mais variados pontos do mundo. Isto porque, não incorporou apenas os valores romanos expostos acima, mas seguramente também os aspectos mais sensíveis e perenes da ama humana.

BIBLIOGRAFIA.

CICADA, Piero & BARONI, Raouleta. *Sintesi letteratura latina*. Milano: Avallardi, 2001.

CONTE, Gian Biagio & PIANEZZOLA, Emilio. *Storia e testi della letteratura latina: con pagine critiche*. Firenze: Le Monier, 1995. 3 vol.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. Tradução Fulvia M.L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

ISAAC, Jules & ALBA, André. Tradução Licurgo Gomes da Motta. *História universal: Roma*. São Paulo: Editora Meste Jou, 1964.

MAFRA, Johnny José. *Cultura clássica grega e latina: temas fundadores da literatura ocidental*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2010.

NORWOOD, Gilbert y DUFF, J. Wight. *Escritores de Grecia y Roma*. Versión Emilio M Martínez Amador. Barcelona: Gustavo Gili, Editor, MCMXXVIII